

Cooperação económica para o desenvolvimento recíproco

As experiências, problemas e perspectivas da cooperação económica internacional apresentam-se muito diferentes, consoante os blocos ou grupos de nações considerados: países industrializados capitalistas; países socialistas; países «em vias de desenvolvimento» (que designaremos por PEVD) da periferia do sistema capitalista. As relações económicas *entre* os grupos anteriormente referidos, e *dentro* desses grupos, apresentam características específicas que dificilmente poderão ser abarcadas em conjunto num texto necessariamente sintético. Iremos, assim, limitar-nos à *análise de alguns aspectos de maior actualidade nas relações económicas entre o chamado «centro» do sistema internacional capitalista e os PEVD da sua «periferia»*.

Consideraremos as seguintes questões:

- a) Traços fundamentais da evolução das relações económicas entre os dois grupos de países nas últimas duas décadas;
- b) Problemas levantados pela actual crise económica internacional, sobretudo na perspectiva dos PEVD;
- c) Principais domínios e objectivos da cooperação económica no contexto mundial descrito;
- d) Caso português.

1. Relação entre o «centro» e a «periferia» no período 1950-70

1.1 Por volta de 1970 pode considerar-se — como simples ordem de grandeza — que o produto *per capita* do centro capitalista atingia 2000 dólares, enquanto essa média atingia nos PEVD apenas cerca de 200 dólares. Como a distribuição do rendimento é mais desigual nos países periféricos do que nos países do centro, a simples comparação entre médias nacionais não fornece ideia exacta da extensão da desigualdade de condições de vida *entre* países «ricos» e países «pobres». Ao primeiro grupo correspondem 800 milhões de pessoas e ao segundo 1,7 biliões¹. Isto quer dizer que uma população «rica», em número inferior à metade da população «pobre», recebe quase 5 vezes a massa de rendimentos ao alcance do

¹ Cf. Celso Furtado, *O Mito do Desenvolvimento Económico*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974, p. 38.

segundo grupo (1600 biliões constituem rendimento dos «ricos» e apenas 340 vão para os «pobres»).

Esta situação reflecte o agravamento da assimetria dos níveis de paridade nos dois conjuntos de nações nas últimas duas décadas. Estima-se, com efeito, que, no período 1950-69, a taxa anual de crescimento do rendimento do produto *per capita* atingiu 3,5 % no centro e 2,5 % na periferia ².

Na realidade, o facto mais espectacular do período reside na *aceleração do crescimento económico do centro* relativamente às suas tendências históricas desde o século XIX, que assim consolidou relações de domínio e exploração sobre os PEVD periféricos. Compreender os mecanismos fundamentais deste processo exige a análise — mesmo muito sumária — das linhas mestras do *crescimento do centro* nas últimas décadas.

1.2 Os factos essenciais a ter em conta respeitam: aos mecanismos internos do crescimento nos países do centro e às características da expansão do comércio e do funcionamento do sistema económico internacional; à expansão internacional da grande empresa de actividades múltiplas e às características do progresso científico e tecnológico e da sua difusão à escala mundial.

Estes aspectos estão mais ou menos relacionados entre si e apenas se justifica separá-los para uma exposição muito breve e necessariamente superficial dos problemas postos.

Quanto ao primeiro conjunto de questões, há que salientar a conjugação de dois fenómenos: o refinamento das técnicas de política macroeconómica pelos estados capitalistas, que permitiu — entre outros factores — regular o crescimento da procura global estimulante do investimento; a criação de sistemas e subsistemas nas relações económicas internacionais, sob a égide dos E. U. A., propícios à expansão das trocas comerciais para benefício daqueles países.

Quanto a este último aspecto, saliente-se a crescente interpenetração das economias do centro, traduzida designadamente por relações comerciais progressivamente adensadas. Por exemplo, em 1973, cerca de 3/4 das exportações dos países da O. C. D. E. dirigiram-se para os próprios membros da organização ³. Por outro lado, a parte das exportações de bens e serviços no produto nacional dos países da C. E. E. alargada veio progressivamente a expandir-se, traduzindo a recíproca imbricação das economias; essa participação elevou-se de cerca de 19 % em 1961-65 para 26 % em 1973 ⁴.

A chamada crise do sistema monetário internacional não foi obstáculo, mas, pelo contrário, factor de ajustamento na expansão e integração do centro da economia internacional capitalista. A manutenção do sistema de paridades fixas entre as moedas dos principais países, bem como a aceitação por todos de determinadas regras de equilíbrio da balança de pagamentos (incluindo, já se vê, os próprios E. U. A.), princípios estabelecidos nos acordos de Bretton Woods, não seriam compatíveis com o processo de crescimento do centro capitalista, tal como se verificou nos últimos

² Celso Furtado, *op. cit.*, p. 44, citando estimativa da C. E. P. A. L.

³ Cf. *Perspectives économiques de l'OCDE*, 16, Dezembro de 1974, p. 57.

⁴ Cf. doc. II/562/74-F do Comité de Política Económica da C. E. E., Dezembro de 1974.

decénios. Naturalmente que a «crise» já não foi benéfica para os PEVD, sofrendo crónicas dificuldades de pagamentos internacionais e sem adequados mecanismos de protecção das suas economias.

1.3 Quando se pretende explicar, em conexões quantitativas entre fenómenos, os factores mais decisivos do crescimento económico moderno, assume relevo primordial a acumulação de capital e incorporação de novas tecnologias no processo produtivo, permitida por aquela acumulação⁵. A este nível de reflexão interessa sobretudo compreender os mecanismos que geram e propagam inovações tecnológicas nos sistemas económicos nacionais e internacionais.

Para isso convém referir as seguintes questões: a natureza do processo de investigação e desenvolvimento (ID) nos países capitalistas mais avançados; o papel desempenhado pela grande empresa multifuncional (de actividades múltiplas) e multinacional na orientação das inovações tecnológicas e na sua difusão à escala mundial.

Quanto ao primeiro ponto, importa ter presente que a aplicação deliberada da investigação científica e tecnológica para fins económicos e militares constitui uma das características mais salientes do crescimento económico das grandes potências modernas. No mundo capitalista, e em particular nos E. U. A., isto traduz-se na influência decisiva de um complexo industrial-militar na orientação do progresso científico e tecnológico. No plano que mais nos interessa aqui referir, da orientação das despesas em ID para fins económicos, o papel das grandes empresas é o mais determinante. As actividades em ID, mesmo quando exercidas fora dos laboratórios das grandes empresas — nas universidades ou nos departamentos do estado —, são decisivamente orientadas pela política de expansão daquelas empresas.

No que se refere aos PEVD, o potencial autónomo em ID é diminuto. A própria formação de cientistas e técnicos daqueles países é geralmente dependente dos grandes centros científicos e tecnológicos dos países do centro; e a integração dos jovens cientistas e técnicos nos seus países de origem, após os estágios de formação, defronta dificuldades várias que estão na origem do conhecido fenómeno do *brain drain*.

Quer isto dizer que a difusão das novas tecnologias do centro para a periferia está estreitamente dependente do comportamento das multinacionais e da capacidade dos governos dos PEVD para lhes imporem condições menos desfavoráveis nas «transferências de tecnologias», realizadas por meio de investimentos directos ou de qualquer outra forma (contratos de utilização de licenças e patentes, marcas, *know-how*, etc.).

Note-se, a este propósito, que uma estimativa referida pela C. N. U. C. E. D. avaliou em 1,5 biliões de dólares o custo anual de certas modalidades de transferências de tecnologias, do teor acima exemplificado, para os PEVD, nos finais da década de 1960, admitindo-se que esse montante possa sextuplicar até ao final da presente década⁶.

⁵ Uma exposição sintética da questão encontra-se em Paul Samuelson, *Economics*, McGraw Hill, Nova Iorque, 1973, 9.ª ed., cap. 37.

⁶ *Grandes problèmes découlant du transfert des techniques aux pays en voie de développement*, secretariado da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (C. N. U. C. E. D.), doc. TD/B/sc. 11/10 Rev. 1, 22 de Abril de 1974, p. v.

2. A «crise» internacional do capitalismo e a situação dos PEVD

2.1 Enquanto no ano de 1973 se registara um crescimento económico nos países do centro (*grosso modo*, correspondente ao conjunto dos países da O. C. D. E.) *acima* da tendência da última década, já de si caracterizada pela aceleração do crescimento daquele conjunto, o ano de 1974 representou uma brusca travagem do processo (estagnação do produto *no conjunto* da O. C. D. E.), prevendo-se a mesma situação para o corrente ano⁷. Esta situação é acompanhada de forte pressão inflacionária (13,75 % do agravamento dos preços no consumidor no grupo dos sete países mais industrializados da O. C. D. E., em 1974, comparável a uma tendência de 3,3 % de 1960 a 1972).

Esta «crise» não é apenas, nem fundamentalmente, explicada pelo aumento do preço do petróleo e de certas matérias-primas, cujas consequências referiremos a seguir. Considerando — de forma, aliás, simplista — este factor como *exógeno* no sistema do centro capitalista, há que recordar certas tendências *endógenas* daquele sistema que faziam prever, há algum tempo, o aparecimento de obstáculos ao prosseguimento do crescimento económico acelerado dos últimos anos.

Essas tendências manifestavam-se na crescente dificuldade para conter pressões inflacionistas, observáveis mesmo longe do pleno emprego e intratáveis pela terapêutica de tipo keynesiano pelo *contrôle* da procura agregada. É também de assinalar a consciência mais generalizada da problemática que o discutido relatório *Limits to Growth* veio recentemente dramatizar (riscos de esgotamento de recursos naturais, crescente poluição, etc.).

Do ponto de vista dos PEVD, interessa referir os problemas que se associam à actual paragem e possível rotura do crescimento dos países da O. C. D. E. no contexto mundial que antes procurámos descrever nos seus aspectos essenciais. Para isso é necessário partir de uma reflexão sobre a apropriação dos recursos naturais e da própria força do trabalho no âmbito da economia internacional capitalista e a recente experiência dos países da O. P. E. P.

2.2 O «modelo» de crescimento económico experimentado pela Grã-Bretanha a partir dos finais do século XVIII, e do qual a obra de Ricardo representa significativo tratamento teórico, pressupunha uma divisão internacional do trabalho baseada na chamada teoria das vantagens comparativas. A troca dos têxteis ingleses pelos vinhos portugueses representaria uma permuta vantajosa para ambos os países, desde que a relação entre os custos em trabalho dos dois produtos, diferente em Portugal e na Grã-Bretanha, permitisse ao primeiro obter mais têxteis por unidade de trabalho (e ao segundo mais vinho) através do comércio internacional do que na hipótese de ambos os produtos serem apenas fabricados para o mercado interno. Na prática, isto significou, como se sabe, «especializar» países do centro na produção de produtos manufacturados e os da periferia na produção de bens primários.

Com a transformação da ordem capitalista verificada no após-guerra, associada à progressiva dominação da economia mundial pelos E. U. A.,

enquanto a Grã-Bretanha se reduzia a papel cada vez mais secundário na cena mundial, o fenómeno da *troca* tornou-se menos significativo relativamente ao «*contrôle*» das decisões nas relações económicas internacionais. *Aparências de crescimento económico e industrialização autónomos dum país em vias de desenvolvimento escondem múltiplas dependências relativamente a centros de decisão alheios a esse país.* Na prática, recursos naturais, incluindo a própria força de trabalho, são explorados segundo métodos e critérios que escapam ao *contrôle* das autoridades nacionais, as quais, por vezes, não formam sequer consciência clara dos mecanismos em jogo. Dois casos significativos — embora muito diversos — podem aqui ser referidos: Brasil e Portugal.

O primeiro experimentou recentemente um crescimento económico muito rápido, com larga participação do capital estrangeiro, mas concentrando ainda mais a repartição do rendimento e, por esta forma, tornando acessível a pequena parte da população padrões de consumo *adequados* à oferta de produtos sofisticados das multinacionais. Como explica Celso Furtado⁸, trata-se de um exemplo da peculiar *modernização* imposta pela dependência externa, no quadro do sistema capitalista: o crescimento concentra rendimentos e estimula consumos supérfluos, que desperdiçam recursos, em lugar de aproveitarem estes para benefício das maiorias, que permanecem aos níveis de subsistência, ou mesmo aquém.

O caso português é mais específico. Experimentando também, sobretudo a partir dos anos 60, quando Portugal entra na A. E. C. L., o período de mais rápido crescimento económico da sua história, sofre afinal — de múltiplas formas — a acentuação de fenómenos de dependência relativamente a países céntricos da Europa: pela orientação das exportações (que crescem mais aceleradamente que o produto) de produtos manufacturados intensivos em mão-de-obra; pelo afluxo de capitais estrangeiros, principalmente atraídos pelo embaratecimento relativo e progressivo da mão-de-obra portuguesa no contexto europeu (estima-se que, pelo menos, um terço da formação do capital nas indústrias transformadoras no período de 1962-71 terá sido assegurado por capitais estrangeiros); pela exportação directa (não transformada) da força de trabalho, sobretudo para a França e a Alemanha, multiplicando por 5 a emigração anual entre 1960 e 1970 (ano em que é atingido o valor máximo). Note-se que a aceleração do crescimento se verificou *apesar* e não *por causa* da persistência da dominação colonial. Esta persistência não teria sido provavelmente possível — apesar da determinação de um regime político que não poderia sobreviver ao termo da relação colonial, por se ter completamente identificado e autojustificado com ela — sem que se reforçassem os laços da dependência externa no quadro da dinâmica global do sistema capitalista. Ou seja: a lenta agonia do sistema colonial português foi possibilitada pelo rápido crescimento económico induzido do exterior, e é uma curiosa circunstância histórica a verificação da revolução portuguesa, e do processo de descolonização daí resultante, precisamente no ano mais crítico da evolução global do sistema capitalista no último quartel do século.

2.3 Como o rendimento global dos países do centro — em vias de crescente integração — é cerca de 5 vezes o rendimento da periferia

⁸ Cf. Celso Furtado, «O modelo brasileiro de subdesenvolvimento», in *op. cit.*

(embora contendo menos de metade da população) e aqueles exercem sobre os segundos, e por diversas formas, efeitos de dominação e exploração, o comportamento global do sistema é muito mais determinado pelas tendências que irradiam do centro para a periferia do que no sentido inverso, desde que não se verifiquem alterações nas relações estruturais que definem o próprio sistema. Digamos, em resumo, que o centro orienta o progresso científico e tecnológico; determina também a sua aplicação na transformação de recursos naturais e humanos, quer impondo determinadas correntes de troca e modalidades de «transferências de tecnologias», quer explorando *in loco* aqueles recursos, através do investimento externo (que todavia se pode expandir por financiamentos locais), quer atraindo a força de trabalho da periferia para o centro, como acontece no continente europeu; o centro impõe também padrões de consumo e modelos de crescimento que acentuam desequilíbrios nas estruturas das economias dominadas (entre classes sociais, sectores de actividade e regiões), em lugar de difundirem o acesso aos bens mais elementares de que carecem os homens, e por formas que não desperdicem recursos escassos à escala planetária, tendo ainda em conta as tendências do crescimento demográfico mundial. Claro que estas estruturas internacionais de domínio e dependência não pairam «acima» ou «ao lado» de relações sociais concretas características de países dominantes e dominados: articulações internas e externas entre classes sociais, reflectidas ao nível das estruturas políticas, são condicionantes básicas daquela situação.

Sem negar o carácter decisivo dos afrontamentos políticos e sociais na transformação do sistema de economia internacional descrito, é evidente que a sua transformação *por dentro* — ou seja, excluindo a hipótese de rotura brusca e imediata dos PEVD com a hegemonia do centro — decorrerá sobretudo da capacidade da periferia para impor condições menos desvantajosas na utilização dos seus recursos naturais e humanos. É neste contexto que a recente experiência dos países exportadores de petróleo (O. P. E. P.) se torna exemplar. Referiremos sucintamente os factos básicos da situação e as consequências possíveis no âmbito da O. C. D. E. e dos PEVD, tendo em conta dados constantes de análise recente de um economista norte-americano do Banco Mundial, H. Chenery⁹.

2.4 A relação entre preços de produtos primários e de produtos manufacturados, objecto de comércio internacional, sofreu considerável alteração nos últimos anos. Comparando aquela relação no seu *valor médio* do período 1968-70 com o valor atingido no máximo do *boom* registado nos primeiros meses de 1974, verificaram-se os seguintes aumentos: 100 % em certos alimentos (cereais, açúcar, *beef*, sementes); 170 % nos adubos; mais de 350 % no petróleo; da ordem, apenas, de 25 % noutros produtos primários. Independentemente do caso do petróleo, jogaram nesta evolução a dinâmica acelerada do crescimento económico dos principais países da O. C. D. E. e a fase dos movimentos de longo prazo em certos produtos primários.

Destes factos se conclui que não existe uma tendência geral para a valorização dos produtos primários — muitos deles atravessam já uma fase deflacionária —, mas apenas circunscrita a certos alimentos e, como

consequência, nos adubos. Por outro lado, as circunstâncias que permitiram o espectacular êxito da O. P. E. P. não podem ser generalizadas a outros produtos minerais (cobre, bauxite ou estanho, por exemplo): o petróleo garante cerca de metade do consumo mundial de energia, a oferta está concentrada num pequeno número de países e, portanto, cerca de 2/3 da produção entra no comércio mundial.

Estes factos explicam a excepcional amplitude dos efeitos do aumento do petróleo nas economias do centro. Em 1974, o valor das exportações dos países da O. P. E. P. aumentou em cerca de 80 biliões de dólares — correspondendo a 10 % do valor das exportações mundiais nesse ano —, aumento que, como é óbvio, tem como contrapartida equivalente acréscimo nas importações dos países consumidores. Do ponto de vista da O. C. D. E., porém, o problema é mais consequência da rapidez do processo e da incerteza decorrente do que resultante da sua magnitude: com efeito, como mostra Chenery, a transformação imediata das receitas *adicionais* em importações *adicionais* dos países da O. P. E. P. sobre o resto do mundo, ou seja, a obtenção de maiores importações em «pagamento» do petróleo valorizado, significaria a redução do rendimento dos países da O. C. D. E. em 2 % apenas — seis meses, digamos, do crescimento «normal» —, embora os países da O. P. E. P. duplicassem o rendimento respectivo.

Muito mais preocupante é a situação de alguns PEVD não membros da O. P. E. P. A conjunção dos aumentos do preço do petróleo e dos produtos alimentares referidos determinou um agravamento da ordem dos 100 % nos respectivos défices externos, agravamento sensivelmente equivalente à ajuda financeira externa que recebem por ano.

A médio prazo, supondo que o preço do petróleo se mantém, em termos reais — isto é, que acompanha a evolução geral dos produtos mundiais, sem maior agravamento relativo —, põe-se a questão dos mecanismos de adaptação e das estratégias seguidas pelos países interessados, designadamente os grandes importadores da O. C. D. E. Os riscos maiores da presente situação — no âmbito das economias cêntricas — encontram-se quer no excessivo desvio de investimentos para fontes de energia alternativas do petróleo, quer, num plano mais geral, em adaptações precipitadas e descoordenadas nos países mais afectados na presente crise, contribuindo para um processo cumulativo de contracção da actividade económica, com consequências funestas nos próprios países periféricos.

3. Grandes problemas da cooperação económica internacional

3.1 Antes dos recentes acontecimentos que vieram agudizar tensões inerentes ao funcionamento do sistema capitalista à escala internacional, eram temas dominantes nas tentativas, mais ou menos logradas, de cooperação económica mundial:

A reforma do sistema monetário internacional.

A estabilização, na expansão, do comércio dos produtos de base.

O *contrôle* internacional e nacional da actividade das multinacionais.

A cooperação para a difusão do progresso científico e tecnológico.

Como se sabe, porém, a actual *prática* das relações económicas internacionais não exprime relações de cooperação para o *desenvolvimento*

recíproco das nações, mas antes relações que se traduzem em *desenvolvimento de uns povos mercê do crescente subdesenvolvimento de outros*.

A conjuntura recente veio tornar mais flagrante a necessidade de se estabelecerem *novas solidariedades*, sobretudo ao nível dos PEVD, que sirvam esse ideal de desenvolvimento recíproco de todos os povos e nações.

Com efeito, embora aqueles temas básicos da cooperação económica subsistam como fundamentais, os dados mais recentes trouxeram ao primeiro plano das preocupações mundiais novas questões:

- a) Os meios e fins relativos à utilização das receitas adicionais dos países da O. P. E. P. para benefício da paz e do desenvolvimento, em especial nas regiões mais desfavorecidas do globo;
- b) Os esquemas de cooperação apropriados à situação dos PEVD não exportadores de petróleo mais afectados pelo encarecimento dos produtos alimentares;
- c) As formas de cooperação e as estratégias relativas ao conjunto dos países do centro e da periferia e às relações entre ambos, quanto à superação da actual crise internacional, sobretudo nos riscos que contém para os PEVD;
- d) A redefinição das estratégias nacionais de crescimento e desenvolvimento, quer no âmbito dos países cêntricos, quer no dos países periféricos, em função do novo contexto da economia mundial.

Façamos agora apenas uma breve referência à particular situação portuguesa neste domínio.

No caso do desenvolvimento orientado para a independência nacional na periferia do sistema capitalista, as estratégias variam de país para país, consoante factores como os seguintes:

- a) Factores geopolíticos de inserção na periferia (situação geográfica, importância estratégica das áreas em causa, compromissos políticos assumidos internacionalmente, etc.);
- b) Disponibilidades em recursos naturais;
- c) Grau atingido no desenvolvimento das forças produtivas;
- d) Suporte sociológico do poder político implantado no estado nacional (burguesia local, proletariado rural ou urbano, conexão do poder relativamente às forças armadas, etc.);
- e) Projecto de sociedade visado pelo poder político.

Os esquemas de cooperação económica, para serem verdadeiramente consistentes e operantes, devem radicar na clara definição da estratégia «interna» de desenvolvimento — esta ao serviço da independência nacional, mas não do desenvolvimento autárquico, ou seja, da independência na solidariedade para o desenvolvimento recíproco, não da independência agressiva, imperialista e expansionista.

Daqui decorre a necessidade de um acerto internacional das estratégias «internas» orientadas no «exterior» para o reforço de solidariedades económicas, sociais, culturais e políticas entre grupos de nações com afinidades de interesses e projectos políticos.

No caso português, a mais forte «solidariedade» herdada do regime anterior respeita ao centro capitalista, sobretudo na sua expressão ao nível dos países da C. E. E. alargada. A intensificação desta solidariedade, que

é afinal uma relação de dependência, se vier a verificar-se, condicionará decisivamente a estratégia interna de desenvolvimento (ou subdesenvolvimento):

Na configuração da estrutura industrial, predominantemente orientada para certa procura externa;

No acesso à moderna tecnologia (por via das multinacionais, seja pelo investimento directo, seja por qualquer outra via);

Na concentração do rendimento e da riqueza (a difusão dos padrões de consumo europeu só é possível mediante essa concentração, a orientação da nossa produção seria sobretudo determinada por esses padrões, o embaratecimento relativo da nossa mão-de-obra, em termos reais, é condição da exportação e da atracção do investimento externo).

Será possível, nestas condições, assegurar um crescimento económico rápido — como vinha sucedendo entre nós, e na hipótese de o capitalismo retomar a sua expansão anterior a 1974 —, em contrapartida dum modelo de sociedade que sob o invólucro da democracia formal esconde crescentes desequilíbrios estruturais, tensões entre classes e dependências externas?

Além de outras considerações, é de suspeitar que o funcionamento dum sistema nessas condições seria de tal modo irregular e instável que não permitiria superar, mas sim agravar, as presentes dificuldades económicas, que se acentuam em cada momento.

Considerando os factores atrás enunciados, relativamente ao caso português, se o projecto de sociedade é distinto da democracia burguesa — que aliás é duvidoso que constitua alvo praticável para o nosso processo social, ainda que o considerássemos desejável —, então há que encontrar respostas práticas para o seguinte:

Quais as solidariedades que importa privilegiar a partir da nossa situação geopolítica, das disponibilidades em recursos naturais e do grau de desenvolvimento já atingido?

Qual o projecto político interno e o suporte sociológico necessário para a afirmação daquelas solidariedades?

Isto é dizer que assumir em profundidade a problemática da cooperação económica, num quadro de dependência externa, implica articular claramente um modelo de desenvolvimento interno com a inserção em conjuntos mais vastos de nações, sejam nações socialistas industrializadas ou economias do Terceiro Mundo buscando o desenvolvimento por vias socialistas específicas.

3.2 O regime político derrubado em 25 de Abril submeteu o povo português à mais humilhante das situações no concerto internacional. Dependente de várias formas do capitalismo europeu, Portugal identificou-se ainda com um regime colonial de que os principais beneficiários não suportaram quaisquer custos, mas dele retiraram o proveito da exploração dos recursos naturais e humanos em vastas e ricas áreas africanas. Dependência económica e cultural, emigração em massa, guerra colonial, foram as desastrosas manifestações mais salientes de uma política divorciada das mais autênticas tradições do povo português e das suas legítimas

aspirações, nelas devendo incluir-se a aspiração a um lugar influente e progressivo no conjunto dos povos que procuram a paz e o desenvolvimento.

Embora a revolução portuguesa tenha ainda poucos meses, já são flagrantes os resultados das novas orientações políticas no que se refere à cooperação internacional. Novas nações africanas de língua portuguesa encontraram finalmente o caminho da paz e da independência, ao mesmo tempo que estabelecem novas e autênticas formas de cooperação com a antiga metrópole. Abrem-se novas vias de cooperação com numerosos países socialistas e países do chamado Terceiro Mundo. Procuram-se também caminhos mais justos na Europa, quer na cooperação bilateral quer na cooperação multilateral com a C. E. E.

Permitindo e estimulando a liberdade de outros povos, Portugal reencontrou a sua própria liberdade. Por isso, a experiência portuguesa em curso é exemplo e promessa de formas de cooperação internacional compatíveis com a autonomização de projectos nacionais de desenvolvimento, no âmbito de relações de solidariedade para o desenvolvimento recíproco, livremente escolhidas pelos povos, que cada vez mais procuram ser e são, de facto, senhores dos seus destinos.